

Ano 10, Vol XIX, Número 1, Jan-Jun, 2017, Pág. 24-40.

RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA: INFLUÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO NA SAÚDE

Olakson Pinto Pedrosa

Davi da Silva Barbirato

Mariana Fampa Fogacci

Wanderley Rodrigues Bastos

Ari Miguel Teixeira Ott

Resumo

Diante das inúmeras discussões que permeiam o tema desenvolvimento, destaca-se a necessidade de ações efetivas para a preservação do meio ambiente. Várias tentativas em nível mundial buscam mitigar os impactos das ações antrópicas que cada vez mais tem afetado nosso planeta. O presente estudo objetiva a abordagem de referenciais teóricos acerca dos possíveis impactos do desenvolvimento na saúde de populações ribeirinhas da Amazônia, a partir de mudanças nos modos de vida. Foi conduzida uma revisão bibliográfica atualizada a respeito das principais variáveis relacionadas com o impacto do desenvolvimento na saúde dessas populações. Observou-se que os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico em muitas situações são colocados equivocadamente como sinônimos, sendo essa uma conflituosa relação que oferece riscos à preservação do meio ambiente. Dentre os principais exemplos que evidenciam essa relação estão: o desmatamento das florestas, a indiscriminada exploração das reservas minerais, a extinção de espécies da fauna e a diminuição dos volumes de água potável. Neste cenário constata-se que as populações ribeirinhas da Amazônia passam por um gradual distanciamento de suas atividades tradicionais de subsistência e cada vez mais se tornam dependentes do dinheiro oriundo do trabalho assalariado e dos programas sociais do governo federal. Essa mudança tem promovido alterações no padrão de dieta e de atividade física. Tais situações impactam negativamente na saúde dos ribeirinhos, caracterizando o que podemos chamar de transição nutricional e suas consequências como o aumento das doenças crônico-degenerativas.

Palavras chave: Ribeirinhos da Amazônia. Desenvolvimento. Saúde do ribeirinho.

Abstract:

From the many arguments regarding development, now come the discussions about environmental preservation. This situation can be detected all over the world, from countless attempts to assuage the impact of anthropic actions that continuously affect

our planet. The present study aims to portray academic references concerning possible impacts of health development in the riverine communities of the Amazon, caused by changes in the lifestyle. This article covers an updated literature review of scientific articles about the relation between the main variables related to the impact of the development on the health amongst riverine populations. It was noticed that the concepts of development and economic growth are often mistaken as synonyms, which points to a conflict that has brought adverse consequences for environmental preservation. Within the first examples of this conflict are the deforestation, the abusive exploitation of mineral reserves, the extinction of fauna species, and the decrease in the volumes of drinking water. In this scenario, it can be observed that, as the riverine populations of the Amazon are now stepping farther away from their traditional livelihood activities, they increasingly become dependent on the money coming from stipendiary work and the government's social programs; this transition has affected both diet and activity of the communities. These situations adversely impact the health of the riverine people groups, which is known as nutritional transition. It brings many consequences and the most obvious are the increase of chronic-degenerative diseases.

Keywords: Amazon riverines. Development. Riverine Health.

Desenvolvimento: fatos históricos e percepções

Fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se apresentam ao mundo como o “Grande Senhor” de uma nova era, respaldados por sua indiscutível capacidade de produção industrial. O reconhecimento desta soberania podia ser claramente observado à luz da Carta das Nações Unidas¹, documento caracterizado por ser uma cópia fiel da constituição dos norte-americanos (SACHS, 2000; AMARO, 2003).

Considerado como o marco inicial dessa chamada “nova era”, o discurso de posse do então eleito presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, fez referencia ao hemisfério sul como área subdesenvolvida, situação que na época contribuiu para o fortalecimento do conceito de desenvolvimento relacionado à industrialização e ao avanço tecnológico. A partir desse marco histórico, a imagem do desenvolvimento passa a pressupor uma condição onde os chamados “subdesenvolvidos” devem tentar fugir do que foi chamada de situação “indigna”, referindo-se às desigualdades sociais, e

¹ Carta das Nações Unidas: [...] determina que “todos os Membros deverão evitar, em suas relações internacionais, a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os propósitos ali mencionados” (PLATIAU; VIEIRA, 2006, p.184).

que, podem ser observada ainda nos dias atuais entre diferentes nações ou grupos populacionais (FURTADO, 1964; PRATA, 1994; SACHS, 2000).

Rotular países ou populações como subdesenvolvidos, com base principalmente na expansão e poder de capital, fez emergir a questão ideológica do desenvolvimento econômico mundial considerado sob dois aspectos: igualdade, pressupondo justiça igualitária ou igualdade econômica, e o que é efetivamente produzido, implicando na manutenção e intensificação da chamada desigualdade econômica (SACHS, 2000; SACHS, 2004).

Muitos foram os autores que passaram a abordar as várias nuances do desenvolvimento em seus trabalhos. “A Riqueza das Nações”, obra publicada por Adam Smith (1776), é apontada por muitos como o primeiro manual de economia e a primeira discussão sobre a interdependência entre desenvolvimento e economia. O texto do autor aborda uma análise focada na Natureza e sua relação com as riquezas dos países desenvolvidos (AMARO, 2003; SOUZA, 2005).

A partir de então, cada vez mais autores passaram a explorar as mudanças associadas ao desenvolvimento, originadas no pós-revolução industrial, como Thomas Malthus, David Ricardo e John Stuart Mill, que fortaleciam a ideia de indicadores de crescimento econômico utilizados como forma sistematizada de mensurar o nível de desenvolvimento de um país. Aplicados em países europeus, esses indicadores contribuíram para o fortalecimento do termo “desenvolvimento” (SACHS, 2000; SACHS, 2004).

Prebisch (1949) afirmava que o desenvolvimento latino-americano estava pautado na compressão do consumo supérfluo e restrição da importação, no incentivo ao capital externo visando a implantação de infraestrutura básica para o desenvolvimento, na realização da reforma agrária e na disponibilidade de energia, transporte e comunicações a partir de recursos internos.

Para Furtado (2000, p. 7;9) o desenvolvimento pode ser relacionado a evolução de um sistema social de produção com vistas à acumulação e aos avanços tecnológicos, os quais elevam a produtividade da força de trabalho, e a satisfação das necessidades do homem. Independente do viés do conceito e ou de sua referência, é importante compreender o desenvolvimento como sendo:

O Incremento da eficácia do sistema social de produção, a satisfação das necessidades elementares da população e da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que comprometem na utilização de recursos escassos [...] Assim a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia à sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica.

Os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico não devem ser pensados como sinônimos, principalmente se considerarmos que o desenvolvimento precisa ser avaliado a partir de variáveis como aumento da produtividade, redistribuição de renda, equidade social e fortalecimento das políticas públicas focadas na melhoria da qualidade de vida, com atenção especial aos grupos vulneráveis e minoritários, aspectos bem mais abrangentes que crescimento econômico, restrito à capacidade produtiva, Produto Interno Bruto (PIB) e renda per capita (OTT, 2002; ARAÚJO; GALA, 2012). O desenvolvimento necessita contemplar processos culturais, dado que o homem é um agente transformador e não apenas um componente passivo. Portanto, este deve ser capaz de identificar, satisfazer e renovar suas aspirações quando parte de uma sociedade dita desenvolvida (SZMRECSANYI, 1999).

No Brasil, um crescente ciclo expansivo ocorre no período entre o pós-guerra e o início dos anos 50, juntamente a um processo de restrições às importações. Esta ação teve significativa importância para a estrutura produtiva nacional. No entanto, não se pode caracterizar este momento como ápice de um período de desenvolvimento, uma vez que o desenvolvimento não deve ser caracterizado apenas pelo viés economia e expansão. A partir das demandas industriais crescentes, o Brasil começa a consolidar o processo de industrialização e ampliação dos mercados, quando investimentos públicos e privados são favorecidos com base nas políticas expansionistas (PREBISCH, 1949; FURTADO, 2007).

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, criada em 1951, se reuniu para iniciar a realização de estudos e ações propostas no acordo celebrado no ano anterior, onde o principal objetivo foi o de promover o desenvolvimento econômico do Brasil, a partir de ajustes financeiros e técnicos. O foco das ações estava direcionado para resolver problemas de transporte e energia, sendo que as ações foram pautadas inicialmente na elaboração de quarenta e um projetos e um relatório geral, pensando as perspectivas de desenvolvimento em longo prazo.

O Brasil recebeu permissão para importação de equipamentos industriais e financiamentos para construção de ferrovias e potencialização da extração de minério de ferro, período em que foi fundada a Companhia do Vale do Rio Doce. Dessa forma os países chamados subdesenvolvidos eram induzidos a produzir bens primários o mais barato possível. Com o aumento da produção em escala mundial, as empresas nacionais iniciaram a abertura de mercado às multinacionais e os grandes grupos internacionais passam então a participar do processo de transformação da estrutura produtiva local, consolidando assim a abertura de mercado (CARDOSO, 1980; SOUZA; SAQUET, 2015).

Desenvolvimento e o Meio Ambiente na Amazônia

Diante das inúmeras discussões que permeiam o tema desenvolvimento, emergem as questões referentes à preocupação com a preservação do meio ambiente. Observa-se nessas questões, uma defasada influencia das políticas públicas ambientais, por vezes negligenciadas em razão do crescimento econômico. Dentre os principais exemplos que evidenciam essa conflituosa relação estão: o desmatamento das florestas, a indiscriminada exploração das reservas minerais, a extinção de espécies da fauna e a diminuição dos volumes de água potável (SOUZA, 2005).

No intuito de tentar mitigar os prejuízos ambientais, em consequência de ações antrópicas, governos e ambientalistas começaram a promover um maior número de encontros para discussão do tema. Pode-se destacar a Conferência no Rio de Janeiro, em 1992, na qual se reuniram 172 chefes de Estado, resultando na chamada **Agenda 21**, que foi considerada um significativo passo para a intervenção e promoção de sociedades sustentáveis visando conciliar proteção ambiental a nível global, justiça social e eficiência econômica (CAVALCANTI, 2001; SOUZA, 2005).

Outra ação ocorrida na tentativa de conter os prejuízos ao meio ambiente foi a convenção Kyoto, corrida no Japão. Foi um evento global de grande repercussão, cujo objetivo principal foi que os países industrializados se comprometessem a reduzir a emissão de gases que agriem o ambiente e provocam o chamado efeito estufa. Um fato de repercussão negativa no evento foi a recusa dos EUA a assinar o **Protocolo de**

Kyoto, sob a alegação que tal acordo iria prejudicar sua economia, atitude esta considerada arrogante e irresponsável (ANDRADE; COSTA, 2008).

Observa-se, porém, ao longo dos inúmeros eventos propostos pela Organização das Nações Unidas referentes ao desenvolvimento no mundo, significativa incoerência no que diz respeito às políticas e ações referentes ao ambiente, saúde e segurança alimentar, principalmente dos chamados países de primeiro mundo.

QUADRO 1 - Conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre desenvolvimento (adaptado de BUSS, 2012)

EVENTO	ANO
Cúpula Mundial das Nações Unidas sobre a Criança	1990
Conferência da Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento	1992
Conferência das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos	1993
Conferência das Nações Unidas sobre Populações e Desenvolvimento	1994
Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher; Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Social	1995
Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II); Cúpula Mundial das Nações Unidas sobre Alimentação	1996
Cúpula do Milênio: Declaração e Objetivos do Milênio	2000
Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento; Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável Rio + 10	2002
Cúpula do Milênio II	2005
Cúpula do Milênio III	2010
Rio + 20	2012

A Amazônia, seguidamente, tem sido pauta na maioria dos eventos mundiais que buscam criar mecanismos regulatórios para proteção ao meio ambiente. A crescente facilidade de acesso aos recursos naturais da Amazônia promove o que se pode chamar de cilada social, caracterizada quando o acesso e as decisões são individuais, e estas inicialmente se apresentam como vantajosas, porém, quando não regularizadas tendem a gerar situações de desequilíbrio ambiental. Destaca-se dentre outros, a construção de rodovias, que estimulam a aceleração do processo de degradação ambiental, facilitando

a ação de madeireiros, grileiros de terras e garimpeiros. Essas situações pontuadas sinalizam um modelo econômico com características extrativistas, sem preocupação com seus potenciais prejuízos (OLIVEIRA, 2014).

Compreender a diversidade humana na região Amazônica suscita imersão em aspectos socioambientais, políticos, econômicos e culturais. Somente uma análise mais aprofundada sobre o imbricamento dos citados aspectos poderá fornecer aporte de informações que subsidiarão a adoção de políticas públicas que possam atender as demandas dos diferentes setores da sociedade, principalmente das populações consideradas mais vulneráveis, como os ribeirinhos, população que por vezes, tem sido negligenciada no âmbito das políticas públicas, inerentes ao cenário do desenvolvimento (RODRIGUES, 2007).

As próprias políticas públicas negligenciam a complexidade que envolve a Amazônia. Pode-se tomar, por exemplo, o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) de 1972, elaborado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que não priorizou as necessidades de ordem social, política e cultural, que até os dias atuais impactam negativamente na vida da população local (SOUZA; SAQUET, 2015).

Os incentivos fiscais que chegaram à região amazônica através do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM), regulamentados a partir do Decreto Lei nº 288/1967, fizeram parte do pacote planejado pelo governo militar de “integrar para não entregar”². A iniciativa de ocupação territorial, atrelada a conflitos de ordem social e econômica afetou a cultura e os modos de vida das populações ribeirinhas da Amazônia, que sem políticas públicas direcionadas às suas necessidades, acabaram forçadamente migrando para os grandes centros urbanos, principalmente para as capitais (PEREIRA, 2005).

Até os dias atuais permanecem como objetivos, a manutenção do equilíbrio ecológico, a redução das desigualdades sociais e as ações que asseguram a participação popular para valorização da força de trabalho das comunidades tradicionais, conforme estabelecido no I PDA (SOUZA; SAQUET, 2015).

O desenvolvimento e a saúde das populações ribeirinhas da Amazônia

² “Integrar para não entregar”: *Slogan* do governo militar, utilizado para ocupar as áreas amazônicas de fronteira (FERREIRA, 2005, p. 35)

Uma série de mudanças econômicas, consideradas reflexo do processo de desenvolvimento, associado ao fato de ser a maior floresta tropical do mundo, tem feito com que a Amazônia receba atenção mundial. Pesquisadores de todo mundo tentam compreender a multiplicidade de formas e as mudanças ocorridas nas últimas décadas. Essas mudanças inerentes ao processo de desenvolvimento, geralmente vem acompanhadas de uma maior integração de mercado, situação pode afetar a saúde e o bem estar das populações locais (PIPERATA, 2011).

Em seu estudo longitudinal, Piperata (2011) identificou grande impacto nas fontes de renda das populações ribeirinhas, considerando seu acesso a programas sociais do governo federal como o Bolsa Família e Luz para Todos. Essas fontes de renda impactaram em diminuição das atividades tradicionais como: o cultivo da mandioca, extrativismo do açaí, da castanha do Brasil, da caça e pesca. Outra situação identificada foi a alteração dos níveis de atividade física e dos padrões de alimentação, considerando-se o aumento do consumo de produtos industrializados e a maior utilização dos barcos a motor. Ainda, a chegada de energia elétrica associada a possibilidade de aquisição de eletrodomésticos como refrigeradores e televisões podem ser considerados variáveis com potencial de influenciarem, direta ou indiretamente, os hábitos alimentares e os modos de vida locais.

Considerando-se a dimensão continental da Amazônia, a complexidade e diversidade regional são apontadas como características que dificultam sua compreensão, principalmente no que tange às relações entre meio ambiente e saúde. Dados de organizações não-governamentais apontam que cerca de 80% das vilas e povoados ribeirinhos às margens dos rios da Amazônia não possuem infraestrutura de saneamento ambiental, unidades de saúde ou escolas (SILVA, 2008).

O termo “Ribeirinho” é a denominação utilizada para descrever as populações tradicionais, originadas ou não a partir da miscigenação entre índios, colonizadores portugueses e africanos. Esses povos vivem em pequenos agrupamentos de casas às margens dos rios, lagos e igarapés, em geral, suas casas são construídas de madeira em palafitas, ou na parte alta dos barrancos, considerando a adequação aos períodos de cheias dos rios. O ribeirinho tradicional tem na agricultura de pequena escala, no

extrativismo, na pesca e na caça suas atividades de subsistência familiar, reguladas pelos ciclos de sazonalidade (SCHERER, 2005; MURRIETA, 2008).

Algumas comunidades ribeirinhas da Amazônia, ainda têm como característica certo grau de isolamento, e por consequência, possuem pouca influência política e organização social. Alguns membros não sabem ler nem escrever. Em muitas situações, denominados equivocadamente como trabalhadores rurais, os ribeirinhos têm seus modos de vida tradicional desconsiderado, situação que pode implicar em reflexos econômicos, sociais e de saúde (VECENTIN; MINAYO, 2003; SCHERER, 2005; PIPERATA, 2007).

Os órgãos governamentais responsáveis pela saúde pública no Brasil tentam organizar estratégias de intervenção sanitárias para a região. Porém é importante considerar que a Amazônia possui uma área de cerca de 300 mil Km², com predisposição a fatores agravantes para a saúde como é o caso dos processos infecciosos veiculados através de sua extensa bacia hidrográfica, a proliferação de insetos vetores de doenças, como é o caso da malária, e indicadores que apontam a mortalidade por doenças crônico-degenerativas em proporção similar ao resto do país, refletindo a ineficácia do sistema de saúde (CONFALONIERI, 2005).

As grandes obras resultantes dos projetos de desenvolvimento na Amazônia têm sido apontadas como fatores preponderantes na geração de impactos socioambientais. Estudos como os realizados por De Oliveira (2013), sinalizam grande interferência na dinâmica social, ambiental e econômica de maneira a afetar diretamente as condições de vida e a saúde das populações tradicionais.

A saúde do ribeirinho da Amazônia merece atenção especial, principalmente se considerarmos as mudanças nas atividades de seu cotidiano, como as práticas físicas, que vem diminuindo em função das “facilidades” do mundo moderno, e das modificações de hábitos alimentares. Essa associação de fatores pode ser considerada como um gatilho para desencadear agravos à saúde relacionados às doenças crônicas não transmissíveis como hipertensão arterial, diabetes e obesidade (MERCADO, 2015, DE OLIVEIRA, 2013).

Transição nutricional e as comunidades ribeirinhas da Amazônia

Na atualidade, tem sido observadas mudanças nos padrões alimentares e epidemiológicos em sociedades tradicionais em todo o mundo, caracterizadas pela substituição gradual do consumo de produtos naturais pelos chamados produtos industrializados, que possuem grande quantidade de conservantes, alto teor de gorduras e de carboidratos simples. Situações que desencadeiam aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade. (MURRIETA, 2008; IVANOVA, 2010).

A expressão “transição nutricional” se refere a uma mudança significativa no padrão de dieta e de atividade relacionados à mudança de estilo de vida do indivíduo. Em muitas situações pode estar associada com o fortalecimento da economia da região, situação que aumenta as oportunidades de trabalho assalariado. A globalização, caracterizada pela abertura de mercado é considerada outro fator preponderante no processo de transição nutricional, considerando-se o maior acesso a alimentos industrializados (GODOY, 2005; POPKIN, 2012). A transição nutricional pode implicar em mudanças negativas significativas na saúde, como obesidade, diabetes e hipertensão arterial (ASTRUP, 2008; POPKIN; GORDON-LARSEN, 2004).

Mesmo considerando que o problema de desnutrição ainda não está erradicado, são observadas de maneira preocupante o aumento das doenças crônicas. Campos et al. (1991) e Schaefer (2002) alertavam para a relação direta dessas doenças com as mudanças na dieta, principalmente se considerarmos a maior expectativa de vida. No Brasil tem-se observado a mudança de déficit alimentar, para uma dieta de excesso de calorias, fato este diretamente relacionado com o aumento da urbanização e maior participação na economia de mercado (MONTEIRO et al., 2004)

Apesar de possuírem maior registro em áreas urbanas, as investigações sobre a transição nutricional tem advertido sobre seu aumento em comunidades de menor poder aquisitivo, populações mais pobres e comunidades tradicionais (POPKIN, 2003). Estudos de Murrieta et al (1999) e Piperata (2007), já apontavam para as mudanças econômicas das populações ribeirinhas, em função principalmente de maior participação no trabalho assalariado e ao recebimento de dinheiro de programas assistenciais.

É importante identificar os efeitos das doenças decorrentes da transição nutricional sobre a saúde de populações tradicionais, como é o caso dos ribeirinhos da

Amazônia (BERMÚDEZ; TUCKER, 2003; ASTRUP, 2008; POPKIN; GORDON-LARSEN, 2004).

A maioria dos estudos que avaliam status nutricional em ribeirinhos utilizam indicadores antropométricos como peso e altura (Índice de Massa Corporal – IMC). Esses indicadores não são considerados tão precisos quanto métodos mais diretos como, por exemplo, a bioimpedância elétrica e as medidas de dobras cutâneas, considerados padrão de excelência para avaliar o status nutricional na atualidade (PIPERATA, 2007; IVANOVA, 2010). Os estudos ainda sugerem que as populações ribeirinhas possuem fortes indícios de estarem sendo acometidos pelo processo de transição nutricional, com registros subnotificados em função de sua difícil localização. Considera-se que estudos longitudinais são a melhor forma de acompanhar e registrar as mudanças ocorridas em populações ribeirinhas, como as da Amazônia Brasileira (IVANOVA, 2010).

Considerações finais

Ao discutir o tema desenvolvimento é necessário considerar a indissociabilidade dos aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos, uma vez que este se fortalece a partir do rótulo de subdesenvolvimento, proposto inicialmente pelos norte americanos e europeus, com base em indicadores econômicos como Produto Interno Bruto (PIB), renda per capita e capacidade de industrialização.

Os temas expansão econômica, crescimento e industrialização, sempre presentes nas discussões sobre desenvolvimento, ganham cada vez maior destaque em razão dos processos de aberturas de mercado e a acirrada concorrência internacional, inerentes ao processo de globalização.

O Brasil, assim como os demais países da América Latina, persegue a tríade crescimento, desenvolvimento e industrialização, entretanto, devido ao caráter centralizador proposto pelo governo, apresenta certo grau de dificuldade para operacionalizar suas metas. Essa situação expõe sua vulnerabilidade deixando-o mais suscetível às pretensões das grandes corporações mundiais.

Considerando-se os prejuízos ambientais, que ocorrem em todo mundo, consequência da valorização do capital diante dos interesses do desenvolvimento, tem recaído sobre a Amazônia brasileira inúmeras cobranças visando amenizar os efeitos

deletérios de ações antrópicas que seguem agredindo o meio ambiente. Nesse cenário, destaca-se de maneira preocupante a situação das comunidades ribeirinhas que tem passado por problemas de ordem econômica, cultural e social, situação que os coloca em situação de maior vulnerabilidade ainda, principalmente no que se refere a sua saúde.

Em relação à saúde das populações ribeirinhas da Amazônia, as doenças infecciosas e parasitárias ainda são consideradas de alta relevância na região. Ao mesmo tempo, um sinal de alerta aponta para a relevância das doenças crônico-degenerativas, como parte do quadro de morbidade e mortalidade junto a essas populações.

Um fato que merece especial atenção no que diz respeito a saúde dos ribeirinhos, refere-se ao distanciamento gradual de suas atividades tradicionais de subsistência e a maior dependência de renda e alimentos industrializados. Observa-se uma nova geração de indivíduos não adeptos das atividades tradicionais como a caça, a pesca, as atividades de extrativismo e a agricultura de pequena escala, que estão cada vez mais se inserindo no mercado como assalariados, mesmo considerando-se as escassas oportunidades.

Os ribeirinhos passaram a criar uma dependência do dinheiro oriundo de programas sociais do governo federal como o Bolsa Família e o Seguro Defeso. Essa situação pode ser considerada preocupante se considerarmos a possibilidade de criação de uma dependência dos programas, sem que estes efetivamente contribuam para quebrar o ciclo da pobreza.

Considerando a possibilidade que algum dos programas sociais venha a ser cancelado, teríamos uma situação de caos e a maioria das famílias sofreria com graves problemas de acesso aos alimentos, entre outros. Essas situações podem gerar ainda mais insegurança alimentar e potencializar os riscos a saúde do ribeirinho, pois o efeito combinado de oportunidade para obter renda e o aumento das possibilidades de compra, são um gatilho para aumentar o nível de insegurança alimentar.

Diante do exposto, faz-se necessário uma investigação aprofundada sobre essas alterações, bem como seus impactos na vida do ribeirinho, visto que estas comunidades não possuem a mesma assistência em saúde que é oportunizada nas áreas urbanas. Obviamente, não se pode ter a pretensão de modificar a vida dessas pessoas usando como referência os padrões sociais e comportamentais urbanos, mas acredita-se ser

possível propor ações e mecanismos que possam orientá-los, quando necessário a minimizar as consequências das mudanças que se configuram. As investigações e publicações científicas de qualidade podem auxiliar para uma maior equidade em saúde, frente ao inerente processo de desenvolvimento que ocorre de forma acelerada em toda Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ASTRUP, Arne et al. Nutrition transition and its relationship to the development of obesity and related chronic diseases. **Obesity Reviews**, v. 9, n. s1, p. 48-52, 2008.
- AMARO, R.R. Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria á prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos** [online], 4 2003.
- ANDRADE, José Célio Silveira; COSTA, Paulo. Mudança climática, protocolo de Kyoto e mercado de créditos de carbono: desafios à governança ambiental global. **Organ. Soc.** [online]. 2008, vol.15, n.45, pp. 29-45. ISSN 1984-9230.
- ARAÚJO E.; GALA P. Regimes de crescimento econômico no Brasil: evidências empíricas e implicações de política. **Estud. av.** [online]. 2012, vol.26, n.75, pp. 41-56. ISSN 0103-4014.
- BERMÚDEZ, Odilia I.; TUCKER, Katherine L. Trends in dietary patterns of Latin American populations. **Cadernos de saude publica**, v. 19, p. S87-S99, 2003.
- BROWN, Irving Foster et al. Estrada de Rio Branco, Acre, Brasil aos Portos do Pacífico: como maximizar os benefícios e minimizar os prejuízos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Sul-Occidental. **La Integración Regional Entre Bolivia, Brasil y Peru**, p. 281-296, 2002.
- BUSS, Paulo Marchiori et al. Health and environmental governance for sustainable development. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1479-1491, 2012.
- CAMPOS, Hannia et al. Nutrient intake comparisons between Framingham and rural and Urban Puriscal, Costa Rica. Associations with lipoproteins, apolipoproteins, and low density lipoprotein particle size. **Arteriosclerosis, Thrombosis, and Vascular Biology**, v. 11, n. 4, p. 1089-1099, 1991.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar:** ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Editora Vozes, 1980.

CAVALCANTI, Clovis et al. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** Cortez, 2001.

CONFALONIERI, Ulisses EC. Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 221-236, 2005.

DE OLIVEIRA, Beatriz Fátima Alves et al. Prevalência de hipertensão arterial em comunidades ribeirinhas do Rio Madeira, Amazônia Ocidental Brasileira. **Caderno Saúde Pública**, v. 29, n. 8, p. 1617-1630, 2013.

FERRARINI, Adriane Vieira. Integrated and sustainable local development: a methodology for policies and programs designed to overcome poverty. **Interações** (Campo Grande), v. 13, n. 2, p. 233-241, 2012.

FERREIRA, Antonia M. M.;SALATI, Enéas. Forças de transformação do ecossistema amazônico. **Estud. av.** [online]. 2005, vol.19, n.54, pp. 25-44. ISSN 1806-9592.

FURTADO, C. Desenvolvimento Econômico. Memórias do Desenvolvimento. Ano 1, n. 1, jun. (2007). Rio de Janeiro: **Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento**, 2007. ISSN 1981-7789.

_____, Celso. O fator político na formação nacional. **Estud. av.** [online]. 2000, vol.14, n.40, p. 7-12. ISSN 1806-9592.

_____, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Univ of California Press, 1964.

GODOY, Ricardo et al. The effect of market economies on the well-being of indigenous peoples and on their use of renewable natural resources. Annu. **Rev. Anthropol.**, v. 34, p. 121-138, 2005.

IVANOVA, Sofia A. **Dietary Change in Ribeirinha Women:** Evidence of a Nutrition Transition in the Brazilian Amazon?. 2010. Tese de Doutorado. The Ohio State University.

MERCADO, Damaris S. et al. Hábitos alimentares de ribeirinhos da Amazônia e contribuições das enchentes no agravo ao quadro de insegurança alimentar. **Saber Científico**, v. 4, n. 1, p. 18-25, 2015.

MONTEIRO CA, Conde WL, Popkin BM. 2004. The Burden of Disease From Undernutrition and Overnutrition in Countries Undergoing Rapid Nutrition Transition: A View from Brazil. **Am J Public Health** 94(3): 433-4.

MURRIETA RSS, Dufour DL, Siqueira AD. 1999. Food consumption and subsistence in three Caboclo communities on Marajó Island, Amazonia, Brazil. **Hum Ecol** 27: 455–

475.

_____, Rui Sérgio Sereni et al. Consumo alimentar e ecologia de populações ribeirinhas em dois ecossistemas amazônicos: um estudo comparativo. **Rev. Nutr.** [online]. 2008, vol.21, suppl., pp. 123s-133s. ISSN 1678-9865.

OLIVEIRA, A.B.; CUNHA, G.H.M. **Integração Regional, Desenvolvimento e Meio Ambiente:** Impactos na implementação de projetos da IIRSA na Amazônia brasileira. Revista Eletrônica EXAMÁPAKU, v.07 – nº 1. abril/2014. ISSN 1983-9065. Disponível em: <http://revista.ufrb.br/index.php/examapaku>. Acesso em: 12 dez. 2015.

OTT, Ari Miguel Teixeira. **Dos projetos de desenvolvimento ao desenvolvimento dos, projetos:** o Planaflo em Rondônia. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Florianópolis. UFSC, 2002.

PEREIRA, Deusamir. **Amazônia (in) sustentável:** Zona Franca de Manaus estudo e análise. Manaus: Editora Valer, 2005.

PIPERATA, Barbara A. Nutritional status of Ribeirinhos in Brazil and the nutrition transition. **American Journal of Physical Anthropology**, v. 133, n. 2, p. 868-878, 2007.

_____, Barbara A. et al. The nutrition transition in Amazonia: rapid economic change and its impact on growth and development in Ribeirinhos. **American Journal of Physical Anthropology**, v. 146, n. 1, p. 1-13, 2011.

PLATIAU, Ana Flávia Granja E. Barros; VIEIRA, Priscilla Brito Silva. A legalidade da intervenção preventiva e a Carta das Nações Unidas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, n. 1, p. 179-193, 2006.

POPKIN, Barry M. The nutrition transition in the developing world. **Development policy review**, v. 21, n. 5-6, p. 581-597, 2003.

_____, Barry M.; ADAIR, Linda S.; NG, Shu Wen. Global nutrition transition and the pandemic of obesity in developing countries. **Nutrition reviews**, v. 70, n. 1, p. 3-21, 2012.

_____, Barry M.; GORDON-LARSEN, Penny. **The nutrition transition:** worldwide obesity dynamics and their determinants. *International journal of obesity*, v. 28, p. S2-S9, 2004.

PRATA, Pedro Reginaldo. Desenvolvimento econômico, desigualdade e saúde. **Cadernos de saúde pública**, v. 10, n. 3, p. 387-391, 1994.

PREBISCH, Raúl et al. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 80, p. 109-125, 2008.

RODRIGUES, P.F. **Políticas Públicas e Conhecimentos Tradicionais**. III Jornada Internacional de Políticas Públicas São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007. Disponível em: www.joinpp.ufma.br/.../7b832b7da1a57a7dbe7dPriscila_Freire.pdf . Acesso em: 02 dez. 2015.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. São Paulo: Vozes, 2000.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Editora Garamond, 2004.

SCHAEFER, Ernst J. Lipoproteins, nutrition, and heart disease. **The American Journal of Clinical Nutrition**, v. 75, n. 2, p. 191-212, 2002.

SCHERER, E. **Modos de Vida Ribeirinha na Amazônia**. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Belo Horizonte – MG, 31 mai. a 03 jun. 2005. Disponível em: <https://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SILVA, Hilton. A saúde humana e a Amazônia no século XXI: reflexões sobre os objetivos do milênio. **Novos Cadernos NAEA**, v. 9, n. 1, 2008.

SOUZA, F.B.; SAQUET, M.A. **Políticas Públicas e o desenvolvimento territorial na Amazônia**. VII Seminário Estadual de Estudos Territoriais. Francisco Beltrão – PR, 28 de agosto de 2014. Disponível em: <https://xxxisemageouelterritorioagraria.wordpress.com/> Acesso em: 20 nov. 2015.

SOUZA, N.J. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SZMRECSANYI, Tamás. Sobre a formação da *Formação econômica do Brasil* de C. Furtado. **Estud. av.** [online]. 1999, vol.13, n.37, pp. 207-214. ISSN 1806-9592.

VICENTIN, Genésio; MINAYO, Carlos Gomes. Health, environment, and economic development in the Amazon. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 4, p. 1069-1085, 2003.

Recebido: 20/1/2017. Aceito: 20/6/2017



Sobre os autores e contato:

Olakson Pinto Pedrosa¹; Davi da Silva Barbirato²; Mariana Fampa Fogacci²; Wanderley Rodrigues Bastos³; Ari Miguel Teixeira Ott³.

¹Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil. E-mail: olakson.pedrosa@ifro.edu.br

² Ph.D., Pesquisador Pós-Doutor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil.

³ Ph.D., Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil